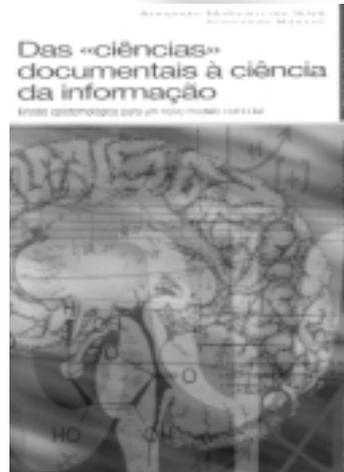


LeITuras:

DAS "CIÊNCIAS" DOCUMENTAIS À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. ENSAIO EPISTEMOLÓGICO PARA UM NOVO MODELO CURRICULAR

A obra em referência, publicada no final de 2002, é da autoria de Armando Malheiro da SILVA e Fernanda RIBEIRO, professores da licenciatura em Ciência da Informação e do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, responsáveis por alguns dos estudos mais significativos no domínio arquivístico, em Portugal. Ambos participaram na sua renovação teórica, principalmente a partir do manual *Arquivística. Teoria e prática de uma Ciência da Informação* (obra com vários contributos, copy 1998) e do estudo "A avaliação em Arquivística. Reformulação teórico-prática de uma operação metodológica" (2000). Estiveram também ligados ao aparecimento da revista *Páginas A&B [Arquivos & Bibliotecas]* (1997), num período em que não havia no país nenhum periódico especializado, com actividade contínua, que pudesse publicar e incentivar a investigação nas referidas áreas. Na reflexão que conduziu à elaboração da obra participaram ainda outros docentes e profissionais das universidades de Coimbra, do Porto e do Minho. Esta reflexão foi produzida na transição da década de 90 para o novo milénio, no âmbito da crise do modelo de formação predominante nos cursos de pós-graduação de bibliotecários, arquivistas e documentalistas existentes em Portugal. Envolvidos no esforço de pesquisar alternativas para este modelo,



que consideram esgotado, os autores procuram definir o posicionamento da sua área disciplinar para, a partir daí, poderem formular novas soluções, ao nível da formação, mais próximas das actuais necessidades profissionais, de investigação e de docência. Dentro desse percurso de pesquisa, estabelecem como objectivo o aprofundamento dos fundamentos epistemológicos da Ciência da Informação (CI) e o esclarecimento de um conjunto de questões que lhe estão associadas, particularmente: quais as implicações formativas de uma perspectiva epistemológica que conceba a informação como «fenómeno/processo gerado, transformado, difundido e transferido por diferentes suportes e modelos tecnológicos» (p. 18)? Esta questão, que percorre toda a obra, é analisada no último capítulo, acabando uma parte considerável da sua resposta por estar na base da estruturação da Licenciatura em Ciência da Informação, da Universidade do Porto, entretanto criada. Contudo, para os autores, o livro não pretende ser conclusivo, mas antes um «ponto de confluência de esforços renovadores», espaço aberto a uma «infinidade de pistas a seguir, a testar, a eliminar e a redesenhar», em que os leitores são convidados a participar. A obra conta com prefácio, introdução, quatro capítulos, bibliografia e um anexo. O prefácio, da autoria do Prof. José MARQUES, decano do CECD da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, começa por salientar o contributo dos dois autores para a renovação da Ciência da Informação no país. Depois, sintetiza o itinerário

traçado no estudo, convidando à sua leitura crítica. O contributo mais estimulante do prefaciador para o debate da formação em Portugal encontra-se na passagem em que admite que a obra «possa causar algum incómodo àqueles que, face ao esvaziamento dos cursos tradicionais, se agarraram ao Curso de Especialização em Ciências Documentais, por vezes com retoques inexpressivos, que pouco mais vão além da alteração do nome» ou quando acusa os que sem corpo docente qualificado, se lançaram «na aventura de conceder graus de mestre e de doutor, restando-lhe sempre, como arma secreta para abastecer o potencial mercado, o conhecido recurso à atribuição de médias finais elevadas» (p. 14).

O primeiro capítulo do livro centra-se em torno da noção fundamental de informação, desenha os seus contornos e verifica se é possível estabelecer em torno dela um campo coerente e unitário de abordagem científica. Para o efeito, SILVA e RIBEIRO apresentam posições de diferentes autores, deslocando-se do sentido físico da informação para o sócio-cognitivo, onde assentam arraiais para distinguir informação de conhecimento, comunicação, documentação e, principalmente, proporem uma definição bastante sugestiva de informação como o «conjunto estruturado de representações mentais codificadas, (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto,

comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada» (p. 37). Estas representações estruturam-se e funcionam no interior de sistemas de informação (SI) específicos, em processos complexos que têm em vista a sua construção, tratamento, comunicação e uso. Depois, partindo desta concepção, os autores enumeram e caracterizam as propriedades intrínsecas da informação, demonstrando que esta é modelada pela acção humana, que pode ser quantificada, que é reproduzível (permitindo a sua memorização), transmissível, etc. e que, como tal, pode ser conhecida cientificamente. A partir deste momento, consideram legitimada a existência de uma CI, (e não de várias), claramente dominada por uma perspectiva social e centrada no estudo «das propriedades do objecto/fenómeno [informação] e do processo em que o fenómeno se transforma quando ocorrem situações marcadas pela dinâmica sócio-comunicacional» (p. 43). Deste modo, abrem caminho para o segundo capítulo da obra, em que apresentam algumas das condições necessárias à emergência da CI. Para o efeito, historicam os seus desenvolvimentos, demonstrando que até 1958 o termo raramente surgiu na literatura especializada, embora se possa estabelecer a origem mais remota da disciplina no final do século XIX, com os estudos de Paul OTLET e a afirmação da área que se designou por Documentação. Os autores passam então em revista diversos momentos fulcrais da história da CI, como o "salto" qualitativo da Bibliografia para

a Documentação (cf. a passagem do Instituto Internacional de Bibliografia a Instituto Internacional de Documentação/Federação Internacional de Documentação, na década de 1930); a publicação do *Traité de la documentation*, de OTLET (1934); a criação do American Documentation Institute (1937), consagrando nos EUA a Documentação e os seus profissionais especializados na recuperação da informação científica e técnica; a "explosão da informação", no pós-Guerra, particularmente a de carácter científico e técnico, bem como o desenvolvimento dos sistemas automáticos de armazenamento e recuperação; o aperfeiçoamento técnico dos documentalistas com vista ao acesso rápido à informação e o seu gradual afastamento dos bibliotecários; etc. Os autores referem depois, baseados num estudo de SHERA e CLEVELAND, a realização da International Conference on Scientific Information, que marcou a transformação da Documentação em CI (1958); o vingar desta designação nos anos 60, nos EUA, e as definições de CI das conferências do Georgia Institute of Technology (1961-1962), de TAYLOR (1963) e, principalmente, de BORKO (1968), que constitui um sólido ponto de chegada e, simultaneamente, de partida para muitos investigadores do domínio, entre os quais SILVA e RIBEIRO. O capítulo termina com o ponto "Um debate em aberto: Que Ciência da Informação?", onde os autores, sem pretensões de exaustividade, entrecruzam as perspectivas de diversos estudiosos com os seus próprios comentários,

concluindo que há, fundamentalmente, duas posições de base sobre o assunto. A primeira, para a qual remete, por exemplo, Marcia BATES, preconiza um destino metacientífico para a CI, em que esta está acima de todas as ciências, porque a todas diz respeito. A segunda, proposta, entre outros, por Bertram BROOKES, defende que a CI «possui a identidade de uma só disciplina» (p. 65), com o seu território, problemas, princípios e técnicas, posição com a qual os autores se identificam.

Nesta bifurcação, a adopção deste caminho torna-se decisivo para a economia da obra, e é a partir dele que SILVA e RIBEIRO desenham o terceiro capítulo. Nele começam por rejeitar epistemologicamente designações como *library science* ou *archival science*, «por estas constituírem aplicações ou especificações técnico-práticas ínsitas a um «território» uno e identificável como tal – a Ciência da Informação» (p. 80), unido pelo objecto – informação social – definido na sua dupla faceta de fenómeno e processo, já referida. Nesta perspectiva, a CI deixa de ser o somatório de disciplinas que operam entre si (interdisciplina) ou em conjunto (multidisciplina) para se assumir como um campo fundamentalmente transdisciplinar, com objecto e método próprios, ainda que em relação com outros domínios científicos complementares, aspecto que é sintetizado de forma excelente no diagrama da fig. 1 (p. 80), que corrige e aprofunda o célebre esquema da flor, de Yves LE COADIC (*La Science de l'information*. 2.^a ed. Paris, 1997, p. 28).

Para os autores, a existência de um campo

próprio, assim configurado, deve ainda ser entendido no quadro de um novo paradigma científico e pós-custodial (explorado já, no que diz respeito à Arquivística, no manual de 1999, p. 210), em oposição ao paradigma técnico e custodial, associado a uma visão historicista e patrimonialista, que endeusava o documento. Do ponto de vista teórico, esta perspectiva da CI encontra-se ainda "linkada" à teoria sistémica e, metodologicamente, ao método quadripolar, elaborado por Paul de BRUYNE e outros em 1974, baseado em quatro pólos – epistemológico, teórico, técnico e morfológico – que intervêm na elaboração do conhecimento científico da área. Este método, já adaptado pelos autores no que concerne ao domínio arquivístico, é agora alargado a toda a CI, apresentando-se alguns exemplos da sua aplicação, nomeadamente no chamado pólo técnico, onde integram operações como a classificação, a indexação ou a descrição. Por último, de forma exploratória, incluem algumas teorias que podem surgir no pólo respectivo e que têm influenciado os modos de pensar o fenómeno/processo informacional – como o estruturalismo ou a teoria sistémica, adoptada e preferida pelos autores já em anteriores trabalhos. O capítulo termina com um conjunto de itens em que a investigação em CI pode ser desenvolvida, demonstrando que a procura de um modelo formativo não pode deixar de os equacionar e ligar com a prática pedagógica e profissional. Na dimensão interna, apresentam-se linhas de investigação fundamental e aplicacional. No caso da investigação

fundamental incluem-se propostas estimulantes como a de levar mais longe o debate em curso no domínio epistemológico, reequacionar a problemática das especificidades dos documentos de arquivo e de biblioteca ou a distinção entre informação e comunicação, etc. No caso da investigação aplicacional são referenciados os estudos sobre as manifestações da informação em espaços, tempos e entidades concretas. Por último, na dimensão externa, são sugeridas algumas formas de estudos comparativos e parcerias entre diversos tipos de profissionais da área da Informação, de que são exemplos os estudos ao nível terminológico ou, no sector da difusão, sobre a produção de eventos culturais em bibliotecas, arquivos e museus. O último capítulo é dedicado, como já referimos, à abordagem das implicações formativas e profissionais das opções epistemológicas dos autores. Para o efeito, começam por fazer uma retrospectiva dos modelos de formação, na área arquivística, biblioteconómica e, dos anos 50 em diante, da CI. De seguida, passam em revista a progressiva e difícil integração da Arquivística nas escolas de Biblioteconomia e de CI, concretizada (parcialmente) sobretudo a partir dos anos 80 e o emergir da corrente defensora da autonomização disciplinar da Arquivística e da sua formação, a partir do final da mesma década. Concluem depois, com base num estudo empreendido por Carol COUTURE, que se podem identificar várias tendências da formação, «umas mais dirigidas para a especialização

– sinónimo da procura da identidade da Arquivística –, outras mais favoráveis à integração em cursos de Ciência(s) de Informação» (p. 140), associando a primeira situação, entre outros, aos interesses corporativistas das associações profissionais em muitos países. Num segundo momento, SILVA e RIBEIRO analisam o caso português, desde 1887 até aos CECD, criados em meados da década de 1980, e aos debates universitários e associativos com vista à sua reformulação ou renovação. Os autores prosseguem depois com a definição da parte curricular do modelo formativo inter e transdisciplinar que propõem, com base na sua reflexão epistemológica, apresentando uma área científica nuclear em torno da CI (onde se joga de modo mais evidente a transdisciplinidade) e uma outra complementar, com Informática e Computação, diversas disciplinas das Ciências Sociais e Humanas e das Ciências Naturais, etc. Entre a área nuclear incluem-se as "cadeiras" que «atentam nas especificidades dos diversos tipos de sistemas de informação (arquivos, bibliotecas ou sistemas tecnológicos de armazenamento e recuperação da informação), direccionadas, por isso, para as componentes da própria C. I.» (p. 151). A proposta refere-se sobretudo a uma formação ao nível de licenciatura, embora os autores pretendam futuramente aprofundá-la para pós-graduações e outros graus de ensino ou vertentes de investigação. Em anexo, incluem o plano de estudos da recente licenciatura em Ciência da Informação, ministrada pelas faculdades de Letras e de Engenharia

da Universidade do Porto (UP), com base na perspectiva que defendem. O capítulo termina com uma definição do perfil que deve ter o actual profissional da área. Para SILVA e RIBEIRO, a perspectiva unitária da CI "liquida" o profissional clássico, «criado e concebido para guardar e servir documentos», aspecto mais evidente no que se refere aos arquivos, tanto históricos como "administrativos". Ao invés, concebem um profissional da informação mais híbrido que, entre outros requisitos, consiga compreender a informação social implicada nos processos de gestão das entidades organizacionais, através de modelos teórico-científicos. Afirmam-se assim contra qualquer proposta que assente na «sobrevvalorização da custódia/guarda, conservação e restauro do suporte como função basilar da actividade profissional de arquivistas, bibliotecários e museólogos» ou na distinção formal e profissional destes (p. 153), que ainda sobrevive, enquadrado por um paradigma custodial, de cariz patrimonialista.

Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação apresenta-se como um produto amadurecido, baseado numa reflexão séria, uma obra coerente, de conteúdos inovadores a nível nacional e internacional, merecedores da maior atenção dos especialistas. Contudo, é preciso afirmá-lo, trata-se de uma perspectiva que, como os próprios autores reconhecem, não esgota a realidade actual do debate, havendo todo um espaço de problematização ainda por desbravar. Por exemplo: Que modelo de formação está (ou deverá estar) associado a uma perspectiva epistemológica da CI

que não seja unitária? Qual o lugar que esta perspectiva pode ainda ter numa sociedade em que as tecnologias da informação estão a transformar a profissão e a determinar os seus contornos? Num quadro destes, deixa de fazer sentido a existência de arquivistas, bibliotecários e especialistas de SI tecnológicos, em vez de "profissionais da informação", ou é possível prepará-los de uma forma ainda mais integrada e completa para enfrentar os desafios constantes da Sociedade da Informação?

A posição de SILVA e RIBEIRO é sobejamente conhecida. Agora era importante que a obra pudesse dar lugar a um debate aprofundado, entre nós, podendo a BAD, eventualmente em parceria, protagonizar um processo deste tipo, como sugerimos junto da sua Comissão de Formação. Na verdade, nos últimos tempos, Portugal está claramente repartido entre modelos formativos, bastando comparar a preparação dos alunos dos CECD tradicionais e os da nova licenciatura da UP, ou a concepção que está por detrás desta e a que suporta os cursos de nível médio para técnicos de biblioteca e arquivo. Num país que parece gostar de soluções fáceis "de cola e tesoura", espera-se que os responsáveis das instituições de ensino na área continuem esta reflexão, averiguando se confirmam o modelo dos autores ou se se encaminham para leituras diferentes.

No que diz respeito à abordagem do problema central na obra, deixamos ainda algumas observações e interrogações, esperando que possam ter alguma utilidade para um futuro

aprofundamento de conteúdos, e na expectativa que o livro possa vir a atingir um público ainda mais vasto, que o compreenda, e de onde possam emergir os agentes da renovação pretendida pelos autores. Assim, a nossa primeira observação, mais geral, vai para a forma de expor a problemática teórica que, por vezes, poderia ser menos complexa e menos hermética, apresentada de forma mais pedagógica, de modo a atingir todos os interessados pela temática, principalmente os estudantes, futuros profissionais da informação. No nosso entender, as posições teóricas dos diferentes autores aparecem por vezes muito misturadas com as dos responsáveis do livro, ou entrecruzadas com comentários pertinentes mas que poderiam passar para outro item, obrigando a releituras frequentes dos textos, para se poderem compreender bem. Isso é notório no capítulo 2, ponto 2, já de si bastante denso. Que vantagens não teria a apresentação, de forma sequencial, de um pouco mais da história da CI, para além de 1968, demonstrando as diferentes posições e tendências epistemológicas, contextualizando-as, antes de as desmontar? Quantos profissionais portugueses sabem em que correntes de pensamento se integram Rafael CAPURRO ou Gernot WERSIG? Deste ponto de vista, a obra não teria ganho em sistematizar melhor as perspectivas epistemológicas mais recentes? Seria interessante entender, por exemplo, se os autores se aproximam ou distanciam da visão de Peter INGWERSEN, que caracteriza as abordagens científicas da CI nas últimas décadas em racionalista, cognitiva,

sociológica e hermenéutica. No mesmo sentido, pensamos que valeria a pena explorar de modo mais sistemático uma abordagem tão importante como a cognitivista, (que aparece repartida pela obra), bem como alguns dos seus pensadores mais importantes (BROOKES, BELKIN, INGWERSEN, HJORLAND ou DERVIN).

Para além destes aspectos, achamos que os autores teriam dado um bom contributo à compreensão do seu pensamento se nos explicitassem mais o raciocínio e os critérios que os levaram a determinadas opções. Por exemplo, as propriedades da informação apresentadas no capítulo I, que mereciam ainda uma comparação crítica com outras posições sobre o assunto. Do mesmo modo, seria interessante dispor de algumas notas sobre a evolução da sua perspectiva dos problemas abordados. No manual de Arquivística de 1999, (p. 211), esta é definida como «uma ciência da informação social que estuda o arquivo enquanto sistema (semi-) fechado...», posição epistemológica que é substancialmente diferente da assumida na obra em recensão, em que é perspectivada como aplicação ou especificação teórico-prática da CI (p. 79). O que contribuiu para esta mudança?

Gostaríamos ainda de referir alguns aspectos sobre a bibliografia da obra, onde se apresentam os principais estudos que serviram de base à sua construção. O primeiro, o da ausência de alguns trabalhos importantes de autores já referidos. Peter INGWERSEN é um exemplo, nomeadamente

o seu artigo "Information and Information Science", publicado na obra de referência *Encyclopedia of library and information science*. Cremos que não se pode deixar de relacionar esta questão com um segundo aspecto: quem produz, em Portugal, nesta área, depara-se frequentemente com a ausência de muitas das principais obras e publicações periódicas do domínio da CI, que não se encontram nas nossas bibliotecas, inclusive nas das universidades onde se leccionam os cursos. Esta situação, entre muitas outras, não pode deixar de ser referenciada quando se abordam os modelos de formação (que não se resumem ao *curriculum* dos cursos). A alteração da situação actual passa também por investimentos a este nível. Porque não pensar em realizar colectâneas dos principais artigos na área, devidamente traduzidos, ou na passagem à língua portuguesa de algumas das obras mais marcantes? É certo que, em termos de acesso a este tipo de fontes, temos hoje ao nosso alcance as múltiplas possibilidades oferecidas pela Internet. Mas talvez, por isso mesmo, fosse interessante que os autores nos tivessem oferecido um conjunto de informações adicionais, remetendo-nos, por exemplo, para sites e endereços como <http://www.personal.kent.edu/~tfroehli/sighfis/hist.html>, do grupo de discussão em história da CI, da American Society for Information Science, ou para o site de Michael BUCKLAND, com textos importantes sobre esta temática. Da mesma forma, teria sido bastante útil para os leitores se à frente de determinadas referências bibliográficas

tivessem sido indicados os *sites* que publicam os textos ou materiais relacionados. Por exemplo, o artigo de Marcia BATES, "The invisible substrate of Information Science", citado amiúde na obra, possui uma versão de acesso livre em <http://www.gseis.ucla.edu/faculty/bates/substrate.html>, o que constitui uma informação relevante para todos os que não possuem meios de aceder ao *Journal of the American Society for Information Science*, onde ele foi publicado. São pequenos aspectos, mas que podem potenciar o uso de um estudo como este, que é, sem dúvida alguma, uma dos mais marcantes no domínio da CI, em Portugal. Uma última nota para chamar a atenção para um facto que não pode passar despercebido: a reflexão associada à produção da obra teve origem no esforço de renovação de uma área marginal(izada): a Arquivística. Pode mesmo afirmar-se que se trata de um dos poucos casos conhecidos, a nível internacional, em que uma reflexão iniciada no domínio arquivístico soube propor a sua integração na Ciência da Informação e chegou ao ponto de fornecer contributos relevantes para a renovação epistemológica desta última. Mais um motivo para termos orgulho da obra em análise, claramente de leitura obrigatória.

Pedro Penteadó

SILVA, Armando B. Malheiro; RIBEIRO, Fernanda – *Das "ciências" documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento, 2002



COMO USAR A BIBLIOTECA NA ESCOLA

Publicado pela editora brasileira Autêntica, incluído na colecção Formação Humana na Escola, este livro é uma tradução do original *School librarian's grade-by-grade activities program – a complete sequential skilles planfor K-8* da autoria de Carol Collier Kuhlthau.

Autora de vários livros e artigos sobre pesquisa de informação, premiada pela Associação Americana de Bibliotecas Escolares e pela Associação Kilgour de Biblioteca e Informação Tecnológica, é a primeira vez que um dos seus trabalhos é publicado em português.

Esta obra foi adaptada à realidade brasileira por um grupo de pesquisadores da Escola de Ciências da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento da responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) publicado em 1997.

Fundamentado nos estudos de Jean Piaget, o livro é apresentado como um guia prático constituído por um programa de actividades destinado ao ensino fundamental de acordo com os estágios de desenvolvimento do aluno. Este programa de actividades, tal como nos é apresentado na introdução, visa o desenvolvimento de competências nos alunos para a utilização dos recursos de informação existentes na biblioteca escolar. Foi planeado considerando as capacidades das crianças e jovens, combinando a utilização dos recursos com actividades adequadas e procurando a participação activa do aluno no processo de aprendizagem.

Tendo a preocupação de relacionar o programa de actividades com os objectivos da educação escolar, nomeadamente o projecto pedagógico, o programa pretende-se integrado na proposta curricular da escola o que requer um planeamento conjunto entre bibliotecário e professor. Como metodologia a autora organizou o programa de actividades em três fases: Fase I – Preparando a criança para usar a biblioteca; Fase II – Aprendendo a usar os recursos informacionais e Fase III – Vivendo na sociedade de informação. A fase I corresponde à fase inicial de escolarização da criança e abrange a faixa etária dos quatro aos sete anos; a fase II destina-se a alunos dos sete aos dez anos e a fase III a alunos dos onze aos catorze anos. Cada fase foi subdividida em etapas correspondendo cada uma delas a um capítulo do livro.

Em cada etapa é apresentado o programa da biblioteca, uma sequência de actividades a desenvolver, o resumo, a lista das

habilidades e sugestões de actividades. O programa da biblioteca define os objectivos gerais a atingir e a metodologia a adoptar em cada fase de desenvolvimento considerando as características do aluno, a descrição das actividades de forma pormenorizada específica a competência que se pretende estimular e no quadro resumo faz-se a síntese do programa.

A lista das habilidades é apresentada sob a forma de um quadro com os objectivos sistematizados e divididos em habilidades de localização e habilidades de interpretação. Por fim, nas sugestões de actividades, são descritos jogos com indicações sobre o tempo de duração, os materiais necessários e instruções para a execução e acompanhamento da actividade.

Na descrição de actividades a desenvolver estão incluídas a hora do conto e leitura, a dramatização, o desenho, a localização dos livros para uma leitura independente, as técnicas de pesquisa, a produção de texto, a agenda de livros, as referências bibliográficas, os materiais audiovisuais, entre outras. Dos muitos jogos sugeridos podemos citar: *Histórias de ver e ouvir*, *É hora de empréstimo*, *Rimar e brincar*, *Caça palavra*, *Notícias em revista*, *Contemporâneos notáveis*.

Por fim o livro apresenta um glossário de termos e bibliografia.

Cristina Neves

KUHLTHAU, Carol – *Como usar a biblioteca na escola: um programa de actividades para o ensino fundamental*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 304 p. ISBN: 85-7546-039-1



MANUAL DE DESCRIPCIÓN MULTINÍVEL

Apresentado à comunidade arquivística no XIV Congresso Internacional de Arquivos, em Setembro de 2000, o presente trabalho decorre de um longo processo que teve origem na análise e estudo das questões levantadas pela descrição automatizada e se desenrolou em diferentes arquivos de Castela e Leão, desde 1993.

O seu objectivo fica claramente expresso no complemento de título: *propuesta de adaptación das normas internacionales de descripción archivística*. Cumpre assim a recomendação da 2.ª edição da ISAD(G), que ao assumir-se como norma geral, deixa claro que deve ser usada em conjugação com normas nacionais ou servir de base à sua elaboração.

O seu desenvolvimento passou pela análise das normas nacionais já existentes, especialmente as APPM¹, as RDDA², o MAD³, bem como das normas

internacionais, ISAD(G) e ISAAR(CPF), e das relações entre ambas. Partiu também da análise da experiência, trabalho e normativo desenvolvido pelas bibliotecas, nomeadamente no que se reporta à criação de pontos de acesso normalizados, tentando rentabilizar ao máximo a experiência acumulada. O trabalho em questão compõe-se de duas grandes partes. A primeira, *Descrição*, começa pelo enunciado dos *Princípios Básicos*, ou seja, as regras de descrição multinível; a identificação e a caracterização dos tipos de relação entre as unidades de descrição; as fontes de informação para a descrição. De referir que estes dois últimos aspectos não são contemplados na ISAD(G).

Segue-se *Estrutura da Informação*, onde são referidas as zonas e os respectivos elementos de informação obrigatórios, em total concordância com aquela norma.

O mesmo não se verifica em relação à *Definição dos Níveis de descrição*. Neste domínio saliente-se a diferença estabelecida entre os níveis intelectuais – fundo, secção, série e suas subdivisões – e os níveis físicos – unidade de localização⁴, documento composto e documento simples. Para além da definição de cada um destes conceitos, é indicado como nível obrigatório, logo mais importante, o fundo. Segue-se-lhe em importância, mas não em obrigatoriedade, a série. A utilização dos restantes níveis é deixada ao critério do arquivista, que deve ter em conta as características da documentação e as orientações do seu serviço de arquivo. A descrição dos níveis intelectuais

corresponde à macrodescrição, e a dos níveis físicos à microdescrição, dois conceitos não contemplados pela ISAD(G).

De imediato se passa para *Áreas e elementos de descrição* onde, para cada elemento, é enunciada a regra geral, seguida da análise da especificidade para os níveis intelectuais e físicos, da indicação das fontes de informação e, quando considerado pertinente, da formalização da regra. Sempre ilustrado com exemplos, o manual tende a ser tão exaustivo quanto possível na previsão de situações e dificuldades, aprofundando e concretizando, em termos práticos, a aplicação dos princípios gerais da ISAD(G), tirando partido da experiência que se espelha nas diferentes normas nacionais.

Na segunda parte, *Pontos de Acesso e Controlo de Autoridades*, em *A Normalização dos Pontos de Acesso*, é alargado o âmbito de aplicação. Para além dos considerados na ISAAR(CPF), pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias, são considerados também os lugares. São ainda definidos os dois graus de normalização contemplados: pontos de acesso e controlo de autoridade.

Seguem-se *Finalidade do Controlo de Autoridade, Estrutura e Elementos, Níveis de Informação de um Registo de Autoridade e Outros Pontos de Acesso de Autoridade*. Convém ter em conta que o segundo ponto carece de revisão à luz do projecto da 2.ª edição das ISAAR(CPF), já disponibilizado, e que introduz alterações muito significativas nas zonas e elementos

de informação.

O capítulo relativo à *Escolha dos Pontos de Acesso* permanece, no entanto, válido e de grande utilidade. Para cada um dos tipos de ponto de acesso a construir é enunciada a regra geral, na qual se integram as fontes de informação a utilizar, a forma de escolha entre os diferentes nomes possíveis, a formalização detalhada da regra e o enunciado, sempre que tal se justifica, das regras especiais. São citadas as normas utilizadas como base para esta sistematização e são facultados, passo a passo, exemplos.

O capítulo relativo ao *Controlo de Autoridade* subdivide-se em duas partes distintas. A primeira – *Registos de Autoridade* – segue a estrutura da 1.ª edição da ISAAR(CPF), definindo regras gerais, respectiva formalização, enunciado dos problemas específicos de cada um dos elementos de informação para os diferentes tipos de registo de autoridade, sempre com recurso a exemplos. Tal como para a ISAD(G), aprofunda e concretiza os princípios gerais definidos na ISAAR(CPF). Terá que, naturalmente, ser totalmente revista.

Quanto à segunda parte – Registo de Referência Geral – define a forma de preenchimento de um número restrito de elementos de informação considerados necessários para o efeito.

É importante salientar ainda a preocupação de estabelecer relações entre as descrições da documentação (ISAD) e os registos de autoridade (ISAAR), antecipando, nalguns aspectos, a revisão da ISAAR(CPF).

De notar entre os *Apêndices*, o *Glossário*, que denota a preocupação de definir

os conceitos relacionados com aspectos que o MDM desenvolve em relação à ISAD, como é o caso da descrição multinível.

O facto de toda a segunda parte deste trabalho necessitar de revisão não lhe retira o valor e a utilidade. Em primeiro lugar, porque os responsáveis o apresentam, no *Prefácio*, como uma primeira versão, prevendo desde logo a formação de grupos de trabalho para a sua ampliação e revisão. Parece uma boa forma de abordagem da descrição em arquivo, enquanto realidade dinâmica. Para a comunidade arquivística portuguesa constitui um exemplo e um instrumento de trabalho a vários títulos. Em primeiro lugar, porque as tradições arquivísticas têm muito em comum, sendo as propostas apresentadas pelo MDM válidas e aplicáveis entre nós. Por outro lado, porque fornecem um ponto de partida para o debate das questões relacionadas com a descrição em arquivo.

O próprio processo de elaboração do manual é paradigmático, numa altura em que se encontra em curso, entre nós, um projecto semelhante⁵, que implica, por parte da comunidade arquivística portuguesa, adaptação às novas exigências da descrição, logo visão e reflexão críticas sobre práticas enraizadas que, nalguns casos, há que mudar. Vale a pena indicar a "receita" de elaboração do MDM, indicada por Carlos TRAVESÍ DE DIEGO na apresentação que dele fez entre nós⁶: garantir que se trata de uma obra aberta, aplicando a teoria dos 4C – colaboração, consenso, compromisso, cedência...

Lucília Runa

NOTAS

¹ HENSEN, Steven – *Archives, personal papers and manuscripts: a cataloging manual for archival repositories, historical societies and manuscript libraries*. 2nd ed. Chicago: Society of American Archivists, 1989.

² *Règles pour la description des documents d'archives*. Ottawa: Bureau Canadien des Archivistes, 1990.

³ PROCTER, Margaret; COOK, Michael – *Manual of archival description*. 3rd ed. Aldershot: Gower, 2000.

⁴ A unidade de localização corresponde ao que entre nós se designa por unidade de instalação, podendo também reportar-se a partes da série.

⁵ Por iniciativa do IAN/TT foi constituído, um Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. Uma das suas atribuições fundamentais consiste na elaboração de uma 1ª versão das Regras Portuguesas de Descrição em Arquivo.

⁶ Apresentação promovida e organizada pela BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, e que teve lugar no dia 4 de Novembro de 2002.

BONAL ZAZO, José Luis; GENERELO LANASPA, Juan José; TRAVESÍ DE DIEGO, Carlos – *Manual de descripción multinivel: propuesta de adaptación de las normas internacionales de descripción archivística*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 2000. 205 p.

PREVENÇÃO CONTRA DESASTRES: INSTRUÇÕES PARA FORMAÇÃO EM PLANEAMENTO E RECUPERAÇÃO

Um título sem rodeios, puro e duro.

O pequeno livro que a BAD acaba de publicar vem preencher uma lacuna



existente na bibliografia profissional em língua portuguesa. É pouco abundante a bibliografia em português, original ou traduzida, ao serviço das bibliotecas e arquivos portugueses mas no sector da prevenção contra desastres a situação é paupérrima. Aparte uma outra tradução feita pela Biblioteca Nacional [*Directrizes para a prevenção e controlo de desastres em arquivo*, 2000] e a inexistência de trabalhos originais de autores portugueses, todos descansamos na maior das tranquilidades, dir-se-ia convictos de que desastres só acontecem aos outros. Como, infelizmente, vamos sabendo, os desastres chegam, maiores ou menores, às vezes numa forma previsível mas sempre guardados em segredo como se as próprias vítimas os tivessem provocado e deles, portanto, se envergonhassem. O desastre está fora dos nossos planos; ninguém o quer mas ninguém pensa nele. Quantas bibliotecas e quantos arquivos já se prepararam para essa terrível eventualidade?

Ninguém está livre de ser ver envolvido numa tal situação – inundação, fogo, rebentamento de esgotos, tremor de terra – e, no entanto, o número daqueles que já tentaram reunir informação, passá-la a escrito, planear uma intervenção, um salvamento, é escasso. Há uns anos o Grupo de Trabalho em Preservação e Conservação pensou em fazer um levantamento das bibliotecas e arquivos possuidoras de qualquer experiência para que, com base na informação recolhida, se pudesse elaborar uma metodologia e oferecê-la às bibliotecas e aos arquivos que quisessem beneficiar com a experiência ganha. Por muitas razões o trabalho ficou a meio; pode ser que venha a ser repegado e concluído. Ora, este pequeno livro nasceu exactamente da sensibilidade que o Grupo de Trabalho demonstrou para esta temática. Na impossibilidade de preparar um documento absolutamente original, decidiu avançar com a tradução dum documento que não sendo, em si mesmo, um manual contém todas as instruções que permitirão a cada instituição criar o seu próprio plano de emergência de acordo com as características e limitações internas. Constituído por folhas que deverão ser progressivamente preenchidas, este livro é muito pedagógico porque, acima de tudo, obriga os profissionais a pensarem na situação, nos requisitos e nos objectivos da instituição ficando demonstrado que não existem planos de emergência "pronto-a-vestir" e que a responsabilidade duma tal medida é colectiva. Não existe uma entidade superior [vulgo, "eles"] que tem de pensar sobre o assunto, prever e prevenir. Se cada um dos

profissionais não meter pés ao caminho, o desastre pode acontecer e "eles" não servem para nada porque numa situação de emergência tudo se conta ao segundo e porque "eles", sendo alheios à instituição, primarão pela ausência. Esta é para mim a razão mais forte que transforma um pequeno livro, cuja saga para ver a luz do dia foi proporcionalmente inversa ao tamanho do produto final, um documento muito interessante, a ser manuseado, posto em prática, acabando por se tornar uma ferramenta indispensável na criação do plano de emergência que o nosso património exige. A bibliografia inclusa tem alguns anos em cima, mas conhecem-na ou têm dúvidas sobre a sua utilidade? Também o documento original tem uns anos mas, por acaso, os desastres são hoje diferentes? Com o livro não se fornecem os diapositivos que poderão ilustrar com maior intensidade um plano de emergência. E se a BAD tentasse preparar um conjunto de diapositivos adequados o qual serviria para demonstração e ensino?

Maria Luísa Cabral

BUCHANAN, Sally A. – Prevenção contra desastres: instruções para formação em planeamento e recuperação.
Trad. Maria Manuela Vieira C. Matos Correia e Maria Teresa do Vale de Matos.
Lisboa: BAD, 2002. 70 p.



O SISTEMA DE GESTÃO E AUTOMATIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS

PROCURA INTEGRIDADE E QUALIDADE?

O ALEPH500 permite-lhe gerir com QUALIDADE, FLEXIBILIDADE e SEGURANÇA.

○ sistema mais flexível, aberto e eficiente para a **Gestão de Bibliotecas**, com mais de 700 instalações em 48 países.

Fácil de utilizar e de actualizar, o ALEPH500 pode ser personalizado conforme as necessidades. O conjunto de tabelas de configuração de que dispõe permite ao gestor da biblioteca controlar e modificar o ambiente a qualquer momento.

O ALEPH500 está disponível em 20 idiomas, incluindo o Português.

A DATINFOR dispõe ainda dos seguintes produtos para uma melhor gestão de Bibliotecas:

• **METALIB** (Virtual Library Services): a solução perfeita para gerir ambientes híbridos em bibliotecas, como portais de pesquisa de recursos de informação. Metalib é uma verdadeira entrada virtual para chegar a todo o tipo de informação, gratuita ou licenciada, disponível em modo local ou remoto.



MetaLib

• **SFX** (Context Sensitive Linking): uma ferramenta única e revolucionária para navegação e pesquisa. Possibilita a interligação entre todos os aspectos das coleções digitais de uma biblioteca, incluindo repositórios em texto integral; bases de dados sobre resumos, indexação e bases de dados de citações; catálogos "on line"; e referências extraídas de artigos de investigação, bases de dados de conteúdos, arquivos "e-print" e outros recursos da web.



S.F.X

• **DIGITOOL** (Digital Asset Management): um sistema de gestão de recursos digitais que disponibiliza todas as ferramentas necessárias para criar e gerir coleções digitais de acordo com uma estratégia de gestão digital global. Com capacidade para gerir grandes quantidades de informação e ao mesmo tempo disponibilizar rápida e eficazmente respostas a pesquisas direccionadas, a DigiTool proporciona a resposta adequada para as necessidades actuais de qualquer biblioteca.



DigiTool

DATINFOR
INFORMATION, LIBRARIES & NETWORKS, S.A.

S4Y solutions for → YOU

Urbanização Quinta do Património, Lote 5 - R/C.
2685-005 Sacavém
Tel.: 219 426 600 Fax: 219 426 615

Rua Dr. Carlos Filipeiros 98 - 4 D
4470-157 Maia
Tel. 229 439 900 Fax: 229 439 910